Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

005/2026

CONTRATANTE

Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN, vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV.

DATA DA SESSÃO

Dia 24/11/2026, às 08h01 (horário de Brasília)

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h01 às 10h01

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço, Por Item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO – PARTICIPAÇÃO AMPLA

Anexado por Vania Maciel Faustino
Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.
Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e116ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS._____
_____
RÚBRICA

Sumário

1. DO OBJETO 1
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 2
4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 4
5. DA FASE DE LANCES 7
6. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS 8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO 12
8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16
9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 16
10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE. 17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 37
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO) **52**
ANEXO III –MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº___/20__. **54**
ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA. **68**

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e116ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS._____ RÚBRICA

Torna-se público que o **Fundo Municipal de Previdência de Monte Alegre**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 20.270.215/0001-30, sediado na Rod RN 160, Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança, Monte Alegre/RN, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço por item***,** na hipótese do art. 75*, inciso II,* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 003/2024 e demais normas aplicáveis.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	17 de novembro de 2026, às 08h (horário de Brasília)
DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	24 de novembro de 2026, às 08h (horário de Brasília)
DATA E HORA DE INÍCIO DOS LANCES – SESSÃO PÚBLICA:	24 de novembro de 2026, às 08h01 (horário de Brasília)
DATA E HORA FINAL DOS LANCES – SESSÃO PÚBLICA:	24 de novembro de 2026, às 10h01 (horário de Brasília)
LOCAL:	*https://www.portaldecompraspublicas.com.br/*

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a contratação de empresa especializada para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN, vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de menor valor por item, observando as exigências contidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus ANEXOS, quanto às especificações do objeto.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos do item são discriminados na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Preço Unit.	Valor Total
01	**CENSO PREVIDENCIÁRIO:** prestação dos serviços para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, incluindo a cessão de direito de uso de software e aplicativos, suporte técnico, análise e depuração dos dados. Cada	Und.	658	R$ 92,00	R$ 60.536,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708. E-mail: previdencia@gmail.com

Anexado por Vania Maciel Faustino
Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.
Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

	unidade corresponde a um segurado ou beneficiário recenseado e validado.				
TOTAL: R$ 60.536,00 (sessenta mil, quinhentos e trinta e seis reais).					

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao registro de preços não se aplicam a este processo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

3.1. Tornar-se-á *facultado* o credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação não será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois, em razão da complexidade do objeto — que exige solução tecnológica integrada com aplicativos e hotsite, prova de conceito, equipe de atendimento e de retaguarda e tratamento de dados pessoais de todos os segurados e beneficiários do RPPS —, a restrição da disputa não se mostra vantajosa para a Administração e pode representar prejuízo ao conjunto do objeto. Fica assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 45 da mesma Lei Complementar, inclusive a preferência em caso de empate ficto.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708. E-mail: montealegreprev@gmail.com

Anexado por Vania Maciel Faustino
Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.
Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Poderão participar desta Dispensa os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

4.6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. *Não poderão disputar esta licitação:*

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Contratação Direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: [illegible]

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 E-mail: [illegible]

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.10. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.11. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Aviso de Contratação Direta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.13.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

4.14.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.14.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.14.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.14.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4.15. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Aviso de Contratação Direta.

4.16. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.17. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5. DA FASE DE LANCES

5.1. O A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário OU percentual de desconto do item.

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta não se aplica a este processo.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o Agente poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5788 - E-mail: 697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Assinatura Eletrônica: ee6377dbdac71ype@gocase

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708. E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

6.13. O fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá realizar prova de conceito (PoC) da solução, na sede do MONTEPREV, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, nos termos dos subitens 10.2 e 10.3 do Termo de Referência. A reprovação ou a não realização da prova de conceito no prazo implicará a desclassificação da proposta e a convocação do fornecedor seguinte, na ordem de classificação.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: licitacao@montealegre.rn.gov.br

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

7.1.1. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

7.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

7.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

7.1.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sóciomajoritário.

7.1.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.2. Constatada a existência de sanção, o Agente reputará o licitante inabilitado, por falta decondição de participação.

7.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidadefiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DECOMPRAS PUBLICAS,** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente lograr êxito emencontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

7.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridadedo documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitantefor a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números dedocumentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.8. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das PessoasJurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleiaque o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764,de 1971;

7.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.9. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

7.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.9.2. - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativoao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetocontratual;

7.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3471-5708 - E-mail: licitacao@montealegre.rn.gov.br

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

7.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.9.9. Caso o licitante detentor do melhor percentual de desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida paraefeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.10. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

7.10.1. Empresa enquadrada como MEI, deverá apresentar todos os contratos com entes governamentais, para a verificação da continuidade do enquadramento da entidade no REGIME MEI.

7.10.2. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

7.11. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

7.11.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de censo ou recadastramento previdenciário de segurados de regime próprio de previdência social, acompanhado(s) da nota fiscal emitida para a entidade que celebrou o atesto, como forma de veracidade do atesto apresentado;

7.11.2. O(A) licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, podendo apresentar mediante solicitação do agente de contratação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

7.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Aviso de Contratação Direta.

7.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase dehabilitação.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697bb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ouempresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apósa declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentaçãode justificativa.

7.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.16.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previstonos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitaçãoda proposta subsequente.

7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Aviso de Contratação Direta, o licitante será declarado vencedor.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica a este processo.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

9.1. Após a homologação do procedimento, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento; e

9.1.2. dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

9.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do procedimento em relação ao fornecedor mais bem classificado.

9.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.5.1. quando o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de dispensa; ou

9.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.6. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Termo de Referência, poderá:

9.6.1. convocar os fornecedores que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

10.1. Após a homologação, será firmado Termo de Contrato, conforme a minuta do Anexo III, tendo em vista as obrigações de suporte técnico, tratamento e entrega de dados pessoais que se estendem durante a execução (subitem 16.2 do Termo de Referência).

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 E-mail: 697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Assinatura Eletrônica: ee69fdb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (CINCO) dias**, a contar da data de seu recebimento.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. A assinatura do Termo de Contrato implica o reconhecimento de que:

10.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137e 138, da Lei nº 14.133/21e reconhece os direitos da Administração, previstos no artigo 139 da referida Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo o prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, o recebimento definitivo e o pagamento, conforme o Termo de Referência.

10.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possívelsuspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

10.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Aviso de Contratação Direta, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigênciado contrato.

10.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Aviso de Contratação Direta e anexos.

10.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Aviso de Contratação Direta, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

10.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadasno Aviso de Contratação Direta ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708. E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita anegociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2.recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4.deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Aviso de Contratação Direta;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1.recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1.agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Assinatura Eletrônica

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6,

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: [illegible]

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente.

12.3. Todas as referências de tempo no Aviso de Contratação Direta, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso de Contratação Direta.

12.10. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

12.11. Integram este aviso de contratação direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

12.11.2. Anexo II – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS._____ RÚBRICA

12.11.3. Anexo III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;
12.11.4. Anexo IV – DADOS DA EMPRESA.

Monte Alegre/RN, em 16 de novembro de 2026.

Ruan Pablo Medeiros Dantas
Controlador Geral de Previdência

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02016.000041/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN, vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.
1.2. Especificação e quantitativos estabelecidos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	**CENSO PREVIDENCIÁRIO:** prestação dos serviços para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, incluindo a cessão de direito de uso de software e aplicativos, suporte técnico, análise e depuração dos dados. Cada unidade corresponde a um segurado ou beneficiário recenseado e validado.	Und.	658

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O MONTEPREV, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Monte Alegre/RN, é responsável pela concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários e pela gestão da base cadastral de segurados e beneficiários. Essa base fundamenta a avaliação atuarial anual, o cálculo das contribuições, a concessão de aposentadorias e pensões e o envio de informações ao Ministério da Previdência Social.
2.2. A Lei nº 10.887/2004 determina que os entes federativos realizem, a cada 5 (cinco) anos, no mínimo, o recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas do respectivo regime, obrigação reforçada pelas normas gerais de organização dos RPPS (Lei nº 9.717/1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022). A mesma Portaria exige

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montepreviden@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

que a avaliação atuarial seja elaborada com base cadastral atualizada, completa e consistente, o que justifica estender o censo aos servidores ativos, cedidos, licenciados e em vacância.

2.3. Dados cadastrais desatualizados ou incompletos distorcem os resultados da avaliação atuarial — idade, tempo de contribuição, remuneração e composição familiar dos segurados — e, por consequência, o cálculo do resultado atuarial e do plano de custeio. Também dificultam a instrução dos requerimentos de compensação previdenciária, a emissão de Certidões de Tempo de Contribuição, o cumprimento das ações do Programa Pró-Gestão RPPS e a apuração do Indicador de Situação Previdenciária (ISP), além de expor o RPPS a pagamentos indevidos, como benefícios mantidos após óbito ou pensões a dependentes que perderam essa condição.

2.4. O censo previdenciário consiste na identificação individualizada de cada segurado e beneficiário pelo CPF, com comprovação de vida e de identidade, atualização dos dados pessoais, funcionais e de dependentes, registro do tempo de contribuição averbado e digitalização dos documentos comprobatórios, seguidos de conferência, validação e depuração das informações em confronto com a base cadastral e a folha de pagamento do MONTEPREV.

2.5. O MONTEPREV não dispõe de equipe, estrutura nem solução tecnológica própria para recensear todos os segurados em prazo razoável e com segurança no tratamento dos dados pessoais. O mercado oferece o serviço de forma integrada, com software e aplicativos para coleta remota, atendimento presencial, equipe de conferência documental e entrega da base depurada, o que permite alcançar ampla cobertura com menor custo administrativo e sem interromper as rotinas do RPPS.

2.6. Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado. Considerando o valor estimado, a seleção do fornecedor será realizada por dispensa de licitação em razão do valor, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, com disputa entre os interessados e remuneração por segurado efetivamente recenseado e validado.

2.7. Como resultado, espera-se uma base cadastral íntegra, auditável e entregue ao MONTEPREV em formato aberto, apta a subsidiar a próxima avaliação atuarial, a gestão da folha de benefícios, a compensação previdenciária e o envio de informações aos órgãos de controle, com tratamento dos dados pessoais em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

2.8. Diante do exposto, a contratação atende ao interesse público e mostra-se necessária ao cumprimento das obrigações legais do RPPS e à gestão responsável dos recursos previdenciários do MONTEPREV, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: 697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Assinatura Eletrônica: ee6974bdac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

3.1. A contratada deverá ser pessoa jurídica com atividade compatível com o objeto e experiência comprovada na realização de censo ou recadastramento previdenciário, e dispor de software integrado a aplicativos para dispositivos Android e iOS, publicados nas lojas oficiais (Google Play e App Store), e de hotsite para orientação e acesso dos segurados.

3.2. A solução e a execução dos serviços deverão observar a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e as normas do Ministério da Previdência Social aplicáveis aos RPPS, e a solução deverá ser aprovada em prova de conceito, nos termos do item 10 deste Termo de Referência.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições Gerais de Execução:

4.1.1. O objeto compreende o planejamento, a divulgação, a execução e o encerramento do Censo Previdenciário de todos os segurados e beneficiários do MONTEPREV — ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas —, com coleta, conferência, validação e depuração dos dados pessoais, funcionais e de dependentes e entrega da base atualizada ao MONTEPREV.

4.1.2. O atendimento será prestado de forma remota, por meio dos aplicativos e do hotsite, e presencialmente na sede do MONTEPREV, Rod. RN 160, Estrada Bairro da Esperança, nº 849, Bairro da Esperança, Monte Alegre/RN, em sala disponibilizada pelo MONTEPREV, em dias úteis e no horário de expediente, conforme cronograma aprovado.

4.1.3. A contratada fornecerá o software, os aplicativos, os equipamentos, os materiais e o pessoal treinado necessários à execução, e manterá equipe de retaguarda (backoffice) para atendimento aos segurados por chat, WhatsApp, telefone e e-mail e para conferência e validação dos documentos enviados.

4.2. Forma de Execução:

4.2.1. Em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, a contratada apresentará plano de trabalho com cronograma detalhado das etapas de pré-censo, execução e pós-censo, com marcos e entregas intermediárias, que será submetido à aprovação do MONTEPREV.

4.2.2. A solução tecnológica deverá dispor, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

I. identificação individualizada do segurado pelo CPF, com validação de identidade por biometria facial e confirmação por SMS ou e-mail;

II. atualização de dados pessoais, funcionais, de endereço e de contato, e cadastro e atualização de dependentes;

III. envio de documentos digitalizados pelo próprio segurado, inclusive Certidões de Tempo de Contribuição e CTPS para registro do tempo averbado, com emissão de protocolo do recenseamento;

IV. acesso do MONTEPREV, em tempo real, ao andamento do censo, com relatórios gerenciais de recenseados, pendentes, ausentes e depurados;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montepreviprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

V. exportação integral da base de dados em formatos abertos (txt, csv ou xls) e por interface de integração (API), com possibilidade de hospedagem na infraestrutura do MONTEPREV;

VI. trilha de auditoria das operações, controle de acesso por perfil e registro das validações efetuadas pela equipe da contratada.

4.2.3. Concluída a coleta, a contratada procederá à análise e à depuração dos dados, com cruzamento com a base cadastral e com as folhas de pagamento de ativos e de benefícios do MONTEPREV, e apresentará relatório das inconsistências encontradas e das providências de regularização recomendadas.

4.3. Prazos de Execução

4.3.1. O prazo de execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da ordem de serviço, devendo o atendimento aos segurados iniciar-se em até 10 (dez) dias corridos após a aprovação do plano de trabalho.

4.3.2. Os serviços serão considerados concluídos quando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos segurados e beneficiários vinculados ao MONTEPREV tiverem sido recenseados e validados e forem entregues a base depurada e o relatório final, com a relação nominal dos segurados não recenseados para as providências cabíveis pelo MONTEPREV.

4.3.3. Falhas que impeçam o acesso dos segurados ao sistema ou aos aplicativos deverão ser corrigidas em até 24 (vinte e quatro) horas, e as inconsistências de dados apontadas pela fiscalização, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.4. Recebimento do Objeto

4.4.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ao término de cada etapa do cronograma e ao final da execução, mediante relatório circunstanciado, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da base depurada e do relatório final, depois da verificação do atendimento ao percentual mínimo de cobertura, da integridade dos dados e da compatibilidade dos arquivos com os sistemas do MONTEPREV, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Obrigações Específicas da Contratada

4.5.1. Além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, a contratada deverá:

I – manter o sistema, os aplicativos e o hotsite disponíveis durante toda a execução, com suporte técnico remoto e presencial;

II – apoiar o MONTEPREV na divulgação do censo, com material de orientação aos segurados e informações no hotsite;

III – tratar os dados pessoais na condição de operadora, segundo as instruções do MONTEPREV, controlador dos dados, com sigilo, controle de acesso e comunicação imediata de qualquer incidente de segurança, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

IV – não utilizar os dados e documentos coletados para qualquer finalidade diversa da execução do contrato;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: 697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Assinatura Eletrônica: ee6377dbdac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

V – entregar ao MONTEPREV, ao final, a totalidade dos dados e documentos coletados, em formato aberto, e eliminar as cópias mantidas em seus sistemas após a confirmação do recebimento, ressalvadas as hipóteses legais de guarda;

VI – capacitar os servidores do MONTEPREV para utilização do painel de acompanhamento e dos relatórios gerenciais;

VII – manter, durante a execução, as condições de habilitação e de qualificação exigidas.

4.6. Fiscalização da Execução

4.6.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pelo MONTEPREV, competindo-lhe aprovar o plano de trabalho, acompanhar o cronograma e os relatórios de andamento, verificar a cobertura e a qualidade dos dados, atestar as notas fiscais e comunicar eventuais irregularidades, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução do objeto.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. A seleção do fornecedor observará o critério de **menor preço por item**, em disputa realizada na forma eletrônica, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. **Nos valores ofertados pela contratada estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto da contratação;**

5.3. O valor estimado consta do Relatório de Pesquisa de Preços que integra os autos, elaborado nos termos do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.895/2023, e constitui o preço máximo aceitável na disputa.

5.4. A proposta deverá indicar o valor unitário por segurado recenseado e validado e o valor total, obtido pela multiplicação pelo quantitativo estimado no item 1.2.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. atestar a execução do objeto no prazo e nas condições estabelecidos neste Termo de Referência;

6.1.2. fornecer à contratada a base cadastral e as folhas de pagamento necessárias à execução, e disponibilizar sala com ponto de energia e acesso à internet para o atendimento presencial;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução, para que sejam corrigidas;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697db1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

6.1.5. convocar formalmente os segurados e beneficiários para o censo e divulgar o cronograma aprovado;

6.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos segurados efetivamente recenseados e validados, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes neste Termo de Referência e no plano de trabalho aprovado;

7.1.2. prestar suporte aos segurados durante todo o censo, inclusive quanto ao acesso aos aplicativos, ao envio de documentos e à emissão de protocolo;

7.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. corrigir, às suas expensas, nos prazos fixados neste Termo de Referência, os serviços executados em desacordo com as especificações e os dados com inconsistências;

7.1.5. comunicar à Contratante, imediatamente, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;

7.1.6. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8.2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Assinatura Eletrônica: ee63fdb2ac71pe@gocase

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à sua continuidade.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em razão do valor, na forma **ELETRÔNICA**, com fundamento no art. 75, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2. O fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá realizar prova de conceito (PoC) da solução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, na sede do MONTEPREV, demonstrando as funcionalidades previstas no subitem 4.2.2 e os requisitos do item 3, perante comissão designada pela Presidência do MONTEPREV, em data e horário divulgados com antecedência, facultada a presença dos demais interessados.

10.3. A comissão emitirá parecer técnico fundamentado aprovando ou reprovando a prova de conceito. A reprovação ou a não realização da PoC no prazo implicará a desclassificação da proposta e a convocação do fornecedor seguinte, na ordem de classificação, para o mesmo procedimento.

10.4. Exigência de Habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

10.4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.4.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.1.1.3. No caso de Sociedade Limitada Unipessoal – SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

Assinatura Eletrônica: ee697db1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

10.4.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.4.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.4.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.4.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.4.1.2.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.1.2.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.4.1.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.1.2.8. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: 697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Assinatura Eletrônica: ee6377dbdac71be2@godocs.com

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS._____
RÚBRICA

10.4.1.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1.4.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de censo ou recadastramento previdenciário de segurados de regime próprio de previdência social.

10.4.1.4.1.1. O referido atestado deverá ser acompanhado da nota fiscal emitida para a entidade que celebrou o atesto, como forma de veracidade do atesto apresentado.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS._____
RÚBRICA

11.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade.

11.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

11.10. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado conforme ordem cronológica, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I - Fornecimento de bens;
II - Locações;
III - Prestação de serviços;
IV - Realização de obras.

12.3. O pagamento será efetuado em parcelas, após cada medição realizada pela fiscalização, em valor correspondente ao número de segurados recenseados e validados no período, multiplicado pelo valor unitário contratado, vedado o pagamento por segurado não recenseado ou com cadastro pendente de validação.

12.4. A ordem cronológica referida nos subitens 12.1 e 12.2 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

12.4.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

12.4.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

12.4.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

12.4.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

12.4.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

12.5. A inobservância imotivada da ordem cronológica referida neste item ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

12.6. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

12.7. Considerar-se-á ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no §4º, art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.10. Em se tratando de prazo para a liquidação da despesa, este será de 15 (quinze) dias a contar do protocolo por parte do credor da solicitação de cobrança;

12.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.12. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção da contratação nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção da contratação, caso a contratada não regularize sua situação.

12.16. Será extinta a contratação em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.19. **Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.**

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado. Após esse prazo, poderão ser reajustados pela variação do IPCA, apurado pelo IBGE, nos termos do art. 25, § 7º, e do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Aplicam-se as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e alterações (Código de Defesa do Consumidor).

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

15.1.1. der causa à inexecução parcial ou total da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;

15.1.3. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

15.2.3. Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Monte Alegre/RN, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 E-mail: previmonte@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

15.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

15.2.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência;

15.2.8. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que:

15.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: previdencia@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fdb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16. DA VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo o prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 4.3.1, o recebimento definitivo e o pagamento.

16.2. A contratação será formalizada por termo de contrato, tendo em vista as obrigações de suporte técnico, tratamento e entrega de dados pessoais que se estendem durante a execução.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do MONTEPREV para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

02.02016.04.122.0635.2201 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MONTEPREV

ELEMENTOS DE DESPESA:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO:

18020000 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Monte Alegre/RN, em 20 de outubro de 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montepreviprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS._____ RÚBRICA

Vânia Maciel Faustino

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

Ilmo. Sr.
(pessoa jurídica pagadora)
(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº
DECLARA à

(nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que éregularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: licitacaomontealegre@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS._____
_____
RÚBRICA

informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações,sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

ANEXO III –MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº___/20__.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../..... QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE – MONTEPREV E A EMPRESA .....

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE - MONTEPREV, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 20.270.215/0001-30, sediado à Rod RN 160, Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança – Monte Alegre/RN, neste ato representado pela Presidente Srª. Vânia Maciel Faustino, inscrita no CPF/MF sob o nº 067.355.424-44, portadora do RG nº 002.451.189 SSP/RN, brasileira, Administradora, residente e domiciliado à Rua Coronel Raul Gadelha, nº 22, centro, Monte Alegre/RN.

CONTRATADA: XXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº . . . / , sediada à XXXXX, neste ato representada por XXXXXXX, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº . . - , portador(a) da Cédula de Identidade nº . ._ , residente e domiciliada à XXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN, vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, especificado no item do Termo de Referência, Anexo I do Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica nº 005/2026.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica nº 005/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VLR. UNT.	TOTAL
01	**CENSO PREVIDENCIÁRIO:** prestação dos serviços para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos municipais (ativos, cedidos, licenciados, em vacância, inativos e pensionistas) de Monte Alegre/RN vinculados ao Fundo de Previdência de Monte Alegre - MONTEPREV, incluindo a cessão de direito de uso de software e aplicativos, suporte técnico, análise e depuração dos dados. Cada	Und.	658		

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

	unidade corresponde a um segurado ou beneficiário recenseado e validado.				

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo o prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, o recebimento definitivo e o pagamento.

2.2. Não concluído o objeto no período firmado, a vigência poderá ser prorrogada nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, sem prejuízo das sanções cabíveis se a causa for imputável ao contratado.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor do presente Termo de Contrato perfaz a quantia global de R$ ____ (____), conforme discriminado e quantificado na Cláusula Primeira, sendo devido apenas o valor correspondente aos segurados e beneficiários efetivamente recenseados e validados.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 E-mail: montealegre1type@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria,prevista no orçamento Municipal, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: - - - - - - - - - - - - -02.018 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Ação: - 2201 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MONTEPREV
Função: -04 – PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: - 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: -0634 - MONTEPREV MAIS MODERNA
Natureza da Despesa: - - - - - - 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: - - - - - - - - - - - - - - - - 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
**Região: - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

do objeto do contrato;

7.4.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

7.4.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

7.4.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

7.5. A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

7.6. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

7.7. Considerar-se-á ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no §4º, art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.10. Em se tratando de prazo para a liquidação da despesa, este será de 15 (quinze) dias a contar do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança;

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

7.12. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE.

Anexado por Vania Maciel Faustino
Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.
Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.9. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, bem como as regras estabelecidas do Capítulo VII, artigos 124 ao 136, da Lei 14.133/2021.

CLAÚSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo

Anexado por Vania Maciel Faustino
Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.
Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Monte Alegre/RN para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708. E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697db1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

9.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: previmonte@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 - E-mail: previmonte@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697bb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e tratar os dados pessoais dos segurados e beneficiários na condição de operador, segundo as instruções do Contratante, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e do Termo de Referência;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dacontratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar àCONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízossignificativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

12.2.3. multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso deinexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

subitem acima,será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Monte Alegre/RN, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa nesta Cláusula.

12.2.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou licitantes que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal norecolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atosilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos,ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

12.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5708 E-mail: previmonte@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado,para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativode Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –PUBLICAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3671-5708 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216cd5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Monte Alegre/RN, em ____ de _____ de 2026.

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 20.270.215/0001-30, Presidente RPPS, Vânia Maciel Faustino inscrito no CPF/MF sob o nº 067.355.424-44. **Contratante**	**xxxxxxx.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx**,** representada pelo Sr. (ª) xxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.xxx.xxx-** **Contratada**

QUADRO DE ASSINATURA DIGITAL PARA TESTEMUNHAS:	

Assinatura Eletrônica: ee69mbtpac1ype2gocasoh

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS._____ RÚBRICA

ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO CNPJ:			
NOME EMPRESARIAL:			
ENDEREÇO:		**Nº**	**CEP.:**
BAIRRO:	**MUNICÍPIO:**	**UF:**	
e-MAIL:		**TEL.:**	
FOTO EXTERNA (FAIXADA) E INTERNA DA EMPRESA:			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE
Rod RN 160 Estrada Bairro da Esperança, 849 – Bairro da Esperança
Monte Alegre/RN – CEP.: 59.182-000 - CNPJ: 20.270.215/0001-30
Telefone: (84) 3261-5788 - E-mail: montealegreprev@gmail.com

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e216ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Anexado por Vania Maciel Faustino

Assinado eletronicamente por: Vania Maciel Faustino.

Assinaturas do Documento

Assinatura Eletrônica: ee697fb1ac719e116ca5cbf671bc9f3d8994ddc499467c4f745b4ed88977ad95

Vania Maciel Faustino - CPF: 067.XXX.XXX-44 - Assinado em: 16/11/2026 22:24:18

A autenticidade pode ser verificada em: https://pmmontealegre.pe.topsolutionsrn.com.br/validacao-documento, usando o Código de Identificação: A261116227919 e Código Autenticação: 4694e7a8